

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

Questão 1

Quanto ao critério ontológico, segundo o qual se procura identificar a correspondência entre a realidade política do Estado e o texto constitucional, as Constituições podem ser divididas em

- A rígidas, semirrígidas e flexíveis.
- B normativas, nominais ou semânticas.
- C escritas e costumeiras.
- D promulgadas, outorgadas e pactuadas.
- E analíticas e sintéticas.

Questão 2

A respeito do poder constituinte e dos princípios fundamentais, assinale a opção correta.

- A Um dos fundamentos da República é a garantia do desenvolvimento nacional.
- B As Constituições estaduais podem permitir a proposição de emenda constitucional por iniciativa popular.
- C A emenda constitucional deverá ser promulgada pelo presidente da República, após a aprovação do Congresso Nacional.
- D Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), a titularidade do poder constituinte é da nação, que o exerce mediante os representantes eleitos.
- E O poder constituinte derivado decorrente é outorgado aos municípios, possibilitando que esses entes criem e reformem suas leis orgânicas.

Questão 3

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, à luz da CF e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta.

- A É compatível com a CF a ideia de um direito ao esquecimento, ainda que exista um interesse público atual na divulgação da informação.
- B A tese da legítima defesa da honra é constitucional, por força do princípio da plenitude de defesa.
- C É inconstitucional lei estadual que permite o sacrifício de animais em cultos de religiões de matriz africana.
- D O poder público pode, por meio de medidas indiretas, determinar a vacinação compulsória contra a covid-19.
- E É legítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica.

Questão 4

Quanto ao seu funcionamento, o partido político

- A pode receber recursos financeiros de entidade estrangeira, desde que esta não tenha fins lucrativos.
- B deverá prestar contas ao Ministério Público e ao TCU.
- C deve observar a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- D que, na soma de senadores e deputados federais, eleger quinze parlamentares, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, terá assegurado acesso gratuito a rádio e televisão e, ainda, o direito a recursos do fundo partidário.
- E deve, necessariamente, ter caráter nacional.

Questão 5

Com base na jurisprudência do STF, assinale a opção correta a respeito da organização político-administrativa do Estado.

- A É constitucional lei estadual que imponha aos prestadores privados de serviços de ensino e de telefonia celular a obrigação de estender o benefício de novas promoções aos clientes preexistentes.
- B É constitucional lei estadual que conceda aos professores das redes públicas estaduais e municipais de ensino o benefício da meia-entrada nos estabelecimentos de lazer e entretenimento.
- C Lei estadual não poderá obrigar empresas de televisão por assinatura e estabelecimentos comerciais de venda a fornecerem atendimento telefônico gratuito aos clientes.
- D Invade a competência da União para o estabelecimento de normas gerais sobre consumo e desporto a autorização e regulamentação, por estado-membro, da venda e do consumo de bebidas alcoólicas em eventos esportivos.
- E Conforme o princípio da autonomia da Federação, lei estadual poderá conceder porte de arma para procuradores dos estados.

Questão 6

Assinale a opção correta com relação ao direito de greve dos servidores públicos.

- A No âmbito da segurança pública, o direito de greve somente pode ser exercido pelos policiais civis e militares que gozem do direito de estabilidade.
- B A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, não sendo permitida a compensação em caso de acordo.
- C No âmbito da segurança pública, somente os policiais civis podem fazer greve.
- D Nenhum servidor público pode fazer greve, uma vez que inexistente lei específica que regulamente esse direito.
- E O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e militares, bem como a todos os servidores públicos que atuam diretamente na área de segurança pública.

Questão 7

A respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, e considerando as disposições da CF e a jurisprudência do STF pertinentes a esse tema, assinale a opção correta.

- A Os tribunais de contas não podem adotar medidas cautelares para assegurar a eficácia de suas decisões, devido ao princípio da reserva de jurisdição.
- B Cabe ao tribunal de contas o julgamento das contas prestadas anualmente pelo presidente da República.
- C O tribunal de contas deve garantir o contraditório e a ampla defesa nos processos em que se aprecie a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- D Será inconstitucional norma estadual que atribua à procuradoria do tribunal de contas a competência para cobrar judicialmente as multas aplicadas pela corte de contas.
- E Os tribunais de contas têm poderes para determinar a quebra de sigilo bancário quando o caso envolver recursos públicos.

Questão 8

Acerca das disposições constitucionais relativas ao Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- A** Os juízes não podem se dedicar à atividade político-partidária, ainda que estejam de férias ou licença.
- B** A vitaliciedade dos juízes é adquirida após três anos de efetivo exercício do cargo.
- C** O presidente do Superior Tribunal de Justiça desempenha o cargo de presidente do Conselho Nacional de Justiça.
- D** A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas as férias coletivas em todo o Poder Judiciário.
- E** A regra do quinto constitucional aplica-se ao Superior Tribunal de Justiça.

Questão 9

A respeito do controle de constitucionalidade exercido pelos tribunais de justiça dos estados, assinale a opção correta.

- A** Não se admite o controle abstrato de constitucionalidade das leis municipais pelo tribunal de justiça tendo como parâmetro a CF, em nenhuma hipótese.
- B** Da decisão do tribunal de justiça no controle de constitucionalidade cabem apenas embargos de declaração.
- C** O tribunal de justiça do estado tem competência para julgar representação de inconstitucionalidade contra lei municipal tendo como parâmetro a CF, desde que se trate de norma de reprodução obrigatória.
- D** A legitimidade ativa para o exercício do controle de constitucionalidade concentrado no âmbito estadual foi delimitada e explicitada pela CF.
- E** Não cabe representação de inconstitucionalidade, e sim reclamação constitucional, contra lei municipal que viole a Constituição estadual, no ponto em que esta reproduza literalmente preceito da CF.

Questão 10

No que tange às regras constitucionais da advocacia pública e ao entendimento jurisprudencial a respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- A** Aos advogados públicos é garantida estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- B** Será constitucional dispositivo de Constituição estadual que confira foro por prerrogativa de função para os procuradores do estado.
- C** A garantia da inamovibilidade conferida pela CF aos magistrados não pode ser estendida aos procuradores estaduais.
- D** É constitucional o pagamento de honorários sucumbenciais aos advogados públicos, não se exigindo, porém, a observância do limite remuneratório previsto na CF, por constituir verba indenizatória.
- E** Norma estadual pode conferir autonomia para a Procuradoria-Geral do Estado.

Questão 11

O ato administrativo consistente no fechamento de um restaurante pela vigilância sanitária constitui exemplo específico do atributo do ato administrativo denominado

- A** exigibilidade.
- B** autoexecutoriedade.
- C** tipicidade.
- D** imperatividade.
- E** presunção de veracidade.

Questão 12

Após fiscalização de trânsito, um guarda municipal, ao constatar irregularidade em um veículo, lavrou auto de infração e aplicou multa de trânsito.

Nessa situação hipotética, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (STF),

- A** o exercício do poder de polícia de trânsito é prerrogativa exclusiva das entidades policiais.
- B** ainda que haja lei municipal autorizativa, não é admissível a aplicação da multa de trânsito pelo guarda municipal.
- C** o guarda municipal não tem poder de polícia de trânsito.
- D** desde que haja lei municipal autorizativa, será constitucional a atribuição ao guarda municipal do exercício do poder de polícia de trânsito, inclusive para a imposição das sanções administrativas legalmente previstas.
- E** independentemente de autorização legislativa específica, o guarda municipal tem o poder de polícia de trânsito.

Questão 13

A respeito do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, assinale a opção correta com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- A** Admite-se o corte da energia elétrica para débitos antigos e consolidados.
- B** É legítimo o corte no fornecimento de energia elétrica em razão de débito irrisório.
- C** Não se admite o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por motivos de ordem técnica ou de segurança das instalações, ainda que precedido de notificação.
- D** É inadmissível o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando se tratar de inadimplente pessoa jurídica de direito público.
- E** Em caso de interrupção do fornecimento do serviço público por inadimplência, é vedado que o desligamento ocorra em dia de feriado, véspera de feriado, sexta-feira, sábado ou domingo.

Questão 14

Assinale a opção correta acerca da intervenção do Estado na propriedade.

- A** As restrições ao direito de propriedade impostas por normas ambientais não configuram desapropriação indireta.
- B** A servidão administrativa, em regra, depende de registro para produzir seus efeitos.
- C** As limitações administrativas geram, em regra, o dever de indenizar.
- D** Na desapropriação confiscatória, a indenização se dá por títulos da dívida pública.
- E** Com o efetivo registro no livro do tombo, a coisa tombada passa a ser considerada como bem público.

Questão 15

O direito real público que, objetivando atender o interesse público, permite ao Estado ou a seus delegatários a utilização da propriedade alheia consubstancia o instituto do(a)

- A** requisição administrativa.
- B** tombamento.
- C** servidão administrativa.
- D** limitação administrativa.
- E** ocupação temporária.

Questão 16

Alberto, servidor público efetivo do município X, lotado na Secretaria Municipal Y, no estrito exercício de suas funções, ofendeu a honra de determinado cidadão, usuário do serviço público. O usuário, após orientação de seu advogado, decidiu ingressar com ação de indenização civil.

Nessa situação hipotética, à luz do entendimento do STF a respeito da responsabilidade civil do Estado, a ação de indenização civil deverá ser proposta contra o

- Ⓐ município X, em litisconsórcio com o servidor Alberto.
- Ⓑ servidor Alberto.
- Ⓒ prefeito do município X.
- Ⓓ secretário da Secretaria Municipal Y.
- Ⓔ município X.

Questão 17

Assinale a opção correta relativamente aos poderes da administração.

- Ⓐ O alvará de licença concedido pela administração representa meio de atuação do poder regulamentar.
- Ⓑ O poder de polícia não admite a fixação de deveres positivos aos particulares.
- Ⓒ A delegação de competência, após sua publicação no órgão oficial, tornar-se-á irrevogável pela autoridade delegante.
- Ⓓ O exercício do poder regulamentar independe de previsão na lei a ser regulamentada.
- Ⓔ Os poderes administrativos não estão sujeitos à discricionariedade, pois estão sempre vinculados aos termos da lei.

Questão 18

Com relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os bens públicos, salvo os dominicais, não estão sujeitos à usucapião.
- Ⓑ A ocupação indevida de bem público é suscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
- Ⓒ Independentemente de desafetação, os bens públicos de uso especial podem ser alienados.
- Ⓓ Permissão de uso de bem público é o contrato administrativo bilateral pelo qual o poder público outorga, mediante prévia licitação, o uso privativo e obrigatório de bem público a particular.
- Ⓔ O ente público detém legitimidade e interesse para intervir incidentalmente na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive o domínio, se for o caso.

Questão 19

Ao adquirir personalidade jurídica autônoma, o consórcio público poderá

- Ⓐ ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, desde que mediante processo licitatório.
- Ⓑ outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante autorização prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor.
- Ⓒ atribuir ao contratado, por meio de contrato de programa, o exercício dos poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços por ele próprio prestados.
- Ⓓ emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por ele administrados ou, independentemente de autorização específica, pelo ente da Federação consorciado.
- Ⓔ firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, salvo receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo.

Questão 20

Conforme a doutrina administrativista, nos termos formulados por Maria Sylvia Zanella Di Pietro – **Direito administrativo**. 33.^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 464 –, a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário é denominada

- Ⓐ fato administrativo.
- Ⓑ imperatividade do ato administrativo.
- Ⓒ poder regulamentar.
- Ⓓ ato administrativo.
- Ⓔ presunção de legitimidade do ato administrativo.

Questão 21

Segundo a Constituição Federal de 1988, a espécie tributária que, sempre que possível, será graduada conforme a capacidade econômica do contribuinte corresponde aos(às)

- Ⓐ impostos.
- Ⓑ taxas.
- Ⓒ contribuições especiais.
- Ⓓ contribuições de melhoria.
- Ⓔ empréstimos compulsórios.

Questão 22

No que se refere à capacidade tributária ativa e à destinação do produto da arrecadação do imposto sobre propriedade territorial rural, a competência é

- Ⓐ exclusiva da União, devendo esta, por opção de qualquer município, transferir a ele a fiscalização e a cobrança do imposto, nos termos da lei.
- Ⓑ originária da União, podendo ser transferida aos municípios, desde que por determinação do Congresso Nacional.
- Ⓒ comum entre a União e municípios, podendo estes optar pela fiscalização e pela cobrança do referido imposto.
- Ⓓ exclusiva da União, podendo esta, por opção de qualquer município, transferir a ele a fiscalização do imposto, nos termos da lei, mantida a cobrança pela União.
- Ⓔ concorrente entre a União e os municípios, devendo esta, por opção de qualquer município, transferir a ele a fiscalização do imposto, nos termos da lei, mantida a cobrança pela União.

Questão 23

São normas complementares das leis, de acordo com o Código Tributário Nacional, as

- A leis delegadas.
- B leis complementares.
- C leis orçamentárias.
- D decisões dos órgãos singulares de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa.
- E práticas reiteradamente observadas pelas autoridades jurisdicionais com jurisdição no respectivo ente.

Questão 24

A regra básica relativa ao domicílio de um contribuinte pessoa física, para efeitos tributários, é que esse domicílio seja

- A o local escolhido pelo próprio contribuinte.
- B o centro habitual de sua atividade econômica.
- C a sede da delegacia da Receita Federal mais próxima de sua habitação.
- D o local de sua residência habitual.
- E o centro habitual de sua atividade profissional.

Questão 25

São formas de exclusão do crédito tributário

- A a isenção e a imunidade.
- B a anistia e a isenção.
- C a imunidade e a remissão.
- D a imunidade e a transação.
- E a remissão e a transação.

Questão 26

Conforme a norma constitucional, a totalidade da receita proveniente do imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários (IOF) incidente sobre as operações de câmbio

- A pertence ao estado onde ocorre a operação.
- B deve ser dividida entre o estado e o município onde ocorre a operação.
- C pertence à União.
- D pertence ao município onde ocorre a operação.
- E deve ser dividida entre a União e o estado onde ocorre a operação.

Questão 27

O imposto sobre a transmissão *inter vivos* (ITBI) incide, conforme as regras constitucionais e o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal, sobre a

- A cessão de direitos relativos a compromisso de compra e venda de imóvel.
- B transmissão *inter vivos* não onerosa por doação de um imóvel.
- C transmissão da propriedade de imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- D transmissão da propriedade de imóveis decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica de natureza industrial.
- E transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis por acessão física.

Questão 28

Conforme as regras constitucionais, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte (ICMS)

- A incide sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, assegurados a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado em operações e em prestações anteriores.
- B é afetado pela imunidade recíproca.
- C pode ser cobrado pelos municípios, quando o estado ao qual pertence o referido município se eximir de cobrá-lo.
- D pertence, no que diz respeito ao produto de sua arrecadação, exclusivamente aos estados que o tiverem recolhido, não havendo parcela a ser distribuída aos municípios.
- E não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados (IPI), quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização, configurar fato gerador dos dois impostos.

Questão 29

A fase procedimental do processo administrativo é vinculada porque vincula

- A o agente público ao estrito cumprimento das normas incidentes.
- B o processo ao princípio da ampla defesa.
- C ao processo os demais nos quais figura o mesmo sujeito passivo.
- D o processo ao princípio da oficialidade.
- E o agente público ao dever de constituir o crédito tributário pelo lançamento.

Questão 30

A administração pública é regida por normas e por princípios constitucionais e legais. Entre os princípios que foram estabelecidos por lei, mas que não se encontram na Constituição Federal de 1988, inclui-se o princípio da

- A eficiência.
- B moralidade.
- C impessoalidade.
- D publicidade.
- E razoabilidade.

Questão 31

Há princípios que se impõem tanto no procedimento administrativo geral quanto no procedimento administrativo tributário, e há princípios que regem o processo administrativo em geral, mas não se aplicam ao processo tributário. Nesse contexto, os princípios aplicáveis tanto ao procedimento administrativo geral quanto ao processo tributário incluem o princípio

- I da legalidade.
- II da moralidade.
- III da eficiência.
- IV da ampla defesa.
- V do contraditório.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, III e V estão certos.
- B Apenas os itens I, II, III e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.
- D Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 32

Quando instituir uma contribuição de melhoria, o município deve determinar, pelo rateio, a parcela do custo da obra que deve ser custeada pelos contribuintes, e, daí, promover o lançamento e notificá-lo. Nessa notificação, é dispensável informar a cada contribuinte

- A a espécie de lançamento.
- B o montante da contribuição.
- C os elementos que integram o cálculo da contribuição.
- D a forma de pagamento.
- E o prazo de pagamento.

Questão 33

O lançamento tributário

- A é um procedimento privativo da autoridade administrativa ou do contribuinte.
- B constitui procedimento que tem como finalidade a elaboração da certidão da dívida ativa.
- C destina-se a constituir o crédito tributário.
- D inicia-se após a verificação da ocorrência do fato gerador.
- E obriga a administração pública tributária a determinar, após o lançamento, a matéria tributável.

Questão 34

Na prática do direito processual tributário, verifica-se que, em regra, o fisco tem legalmente à sua disposição tutelas jurisdicionais de naturezas

- A mandamental e de conhecimento.
- B de conhecimento e executiva.
- C executiva e cautelar.
- D declaratória e mandamental.
- E cautelar e declaratória.

Questão 35

Assinale a opção correta relativamente à petição inicial em um processo de execução fiscal.

- A É desnecessário o requerimento de citação.
- B A petição inicial e a certidão de dívida ativa poderão constituir um único documento.
- C O valor da causa será o valor original da dívida constante da certidão, sem os encargos legais.
- D É dispensável definir o juiz a quem se destina.
- E É necessário instruí-la com os documentos que comprovem o crédito tributário.

Questão 36

Para que um juiz conceda ao fisco uma medida cautelar requerida, é essencial haver nos autos prova

- A de insolvência do devedor.
- B literal da constituição do crédito fiscal.
- C de alienação ou tentativa de alienação de bens pelo devedor.
- D de inadimplência do devedor, após notificação pelo fisco.
- E de que a inscrição do devedor no cadastro de contribuintes foi declarada inapta pelo órgão fazendário.

Questão 37

Em determinado município, a câmara municipal pretende regulamentar norma de direito financeiro.

Nessa situação hipotética, o referido órgão legislativo

- A poderá regulamentar, de forma suplementar, a legislação federal existente, ou de forma integral, se esta não existir.
- B poderá regulamentar a matéria integralmente, porquanto não está limitada por outras legislações existentes.
- C não poderá regulamentar a matéria, uma vez que se trata de direito financeiro, e este não se encontra em suas competências constitucionais.
- D poderá regulamentar em parte a matéria, sempre atendendo às limitações impostas apenas em legislação estadual.
- E poderá regulamentar integralmente a matéria, dado que a ela é de competência comum entre os entes nacionais.

Questão 38

Determinado município deseja criar uma forma alternativa de recebimento de receita pública de imposto arrecadado, pretendendo fazê-lo por meio da criação de um fundo que não esteja contemplado no orçamento do município para gastos com despesas do prefeito.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A referida receita pública destinada aos gastos do prefeito pode ficar de fora do orçamento por questões estratégicas.
- B A hipótese em apreço constitui um exemplo de renúncia de receitas, que tem previsão na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- C O município poderá criar norma que preveja o recebimento da receita referida apenas por meio de um fundo específico.
- D A lei municipal não pode dispor sobre orçamento.
- E Nenhuma lei municipal poderá criar norma que retire do orçamento a previsão e o destino de sua receita de impostos.

Questão 39

Assinale a opção correta com relação à renúncia de receita pública.

- A A renúncia de receita somente pode ser compensada se houver a indicação da origem dos recursos para seu custeio.
- B A aplicação da renúncia depende das circunstâncias específicas de cada município, que poderá conceder ou não a renúncia, sempre visando os interesses privado e público.
- C O perdão de dívida relacionada apenas com as penalidades aplicadas em lançamentos tributários não é considerado renúncia fiscal.
- D A isenção de caráter geral é considerada renúncia de receita pública.
- E A redução de alíquota do ISS para determinado grupo econômico é considerada uma renúncia fiscal.

Questão 40

A renúncia de receita prevista em dispositivo da LRF compreende o(a)

- A parcelamento de débito.
- B concessão de imunidade que não implique redução discriminada de tributo ou contribuição.
- C perdão de dívida civil para o Estado que implique diminuição da receita pública.
- D remissão e a isenção de tributos em caráter geral.
- E concessão de crédito presumido de imposto de parcela dos contribuintes que implique redução discriminada de tributo ou contribuição.

Questão 41

Em determinado município, após o início da vigência da lei orçamentária anual (LOA), o prefeito resolveu conceder benefício fiscal não previsto na lei de diretrizes orçamentárias (LDO) nem na própria lei orçamentária em execução para uma empresa que presta serviços de transporte público municipal.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** De acordo com a LRF, a concessão pretendida pode acontecer no mesmo exercício financeiro, desde que haja aumento na arrecadação de receita extraorçamentária.
- B** A LRF veda expressamente o tipo de concessão mencionado.
- C** A lei orçamentária em vigor poderia ser alterada para incluir a concessão do benefício fiscal antes inexistente, com amparo nas normas constitucionais que preveem os motivos ensejadores da alteração das leis orçamentárias, quando da tramitação original de seus projetos e emendas.
- D** O prefeito poderá fazer valer eventual concessão do benefício fiscal apenas após aprovada a legislação que aumente a receita para a compensação da renúncia de receita.
- E** A alteração da LOA somente poderia ocorrer durante a tramitação da proposta legislativa que tratou da LDO.

Questão 42

A luz das disposições da LRF relativas a transparência, controle e fiscalização, assinale a opção correta.

- A** O relatório de gestão fiscal é um instrumento de transparência da gestão fiscal.
- B** Os portais de transparência são considerados instrumentos de transparência da gestão fiscal.
- C** As audiências públicas feitas durante os processos de elaboração e discussão dos orçamentos são meios de assegurar a transparência e podem, ou não, ser utilizadas para esse fim a critério do gestor público.
- D** O relatório resumido da execução orçamentária não é instrumento de transparência da gestão fiscal, uma vez que se relaciona com a execução orçamentária.
- E** As prestações de contas são instrumentos de controle gerencial que servem apenas para o monitoramento das contas públicas pelo gestor público.

Questão 43

De acordo com a LRF, se a dívida consolidada líquida de determinado município ultrapassar o limite previsto da receita corrente líquida no período e percentual definidos pelo Senado Federal, esse município

- A** poderá, ultrapassado o prazo para a recondução da dívida, mas ainda fora do limite de endividamento, receber transferências voluntárias da União, como medida alternativa.
- B** poderá realizar operação de crédito interna para cobrir a diferença de toda a dívida, por meio da emissão de títulos públicos, devidamente contabilizados no serviço de liquidação e custódia, tendo como fonte os impostos a receber, no caso de ser ultrapassado o período estabelecido para a recondução da dívida aos limites.
- C** poderá realizar apenas operação de crédito externa, desde que esta seja nova e se destine a cobrir a diferença do valor excedente, após passado o período estipulado para a recondução da dívida aos limites.
- D** deverá obter resultado nominal positivo nos primeiros seis meses, a contar da data em que o limite for ultrapassado.
- E** poderá promover a limitação de empenho como medida para reconduzir o limite da dívida ao limite estabelecido, após o término do prazo para a recondução.

Questão 44

A LOA

- A** corresponde ao orçamento concretizado e que será executado, não dependendo de legislações anteriores que a vinculem em um planejamento financeiro e orçamentário.
- B** é o mais importante instrumento de gerenciamento orçamentário e financeiro da administração pública; nela deve ser demonstrada a compatibilidade da programação orçamentária com as metas fiscais previstas na LDO.
- C** deverá conter um anexo de previsão das metas fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais.
- D** deverá conter um demonstrativo da estimativa da renúncia de receita.
- E** deverá conter, no seu anexo de metas fiscais, a previsão dos efeitos de incentivos fiscais ou qualquer outra renúncia.

Questão 45

Acerca dos direitos da personalidade, assinale a opção correta.

- A** Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.
- B** Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o direito ao esquecimento, por integrar os direitos da personalidade e compor a dignidade da pessoa humana, pode obstar, em razão do transcurso do tempo, a divulgação de fatos verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social.
- C** A proteção dos direitos da personalidade somente poderá ocorrer através da tutela reparatória, sendo inviável a utilização da tutela preventiva para impedir a ocorrência do dano.
- D** Diante do interesse público envolvido, o ato de disposição gratuita do próprio corpo para fins científicos ou altruísticos é irrevogável.
- E** A exploração de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais sem a devida autorização caracteriza violação de seus direitos da personalidade, caso em que será necessária prova do efetivo prejuízo para fins de indenização.

Questão 46

A luz do disposto no Código Civil, assinale a opção correta acerca de domicílio.

- A** A prova da intenção de mudança de domicílio limita-se à declaração dessa intenção às municipalidades dos lugares onde a pessoa deixará de residir e para onde pretende ir morar.
- B** O exercício da profissão em diversos lugares não autoriza a constituição de diferentes domicílios para as relações que ocorrerem em cada local.
- C** O domicílio da pessoa natural que não tiver residência habitual será o Distrito Federal.
- D** Se a pessoa jurídica tiver diversos estabelecimentos em lugares distintos, cada um deles será considerado domicílio para os atos neles praticados.
- E** O instituto do domicílio necessário abarca apenas o incapaz, o militar e o marítimo.

Questão 47

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta em relação aos defeitos do negócio jurídico.

- A** A promessa de compra e venda não registrada e desacompanhada de qualquer outro elemento probatório a evidenciar a alienação do imóvel não afasta a anterioridade do crédito para fins de caracterização de fraude contra credores.
- B** Configura-se estado de perigo, que torna o negócio jurídico anulável, quando alguém, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- C** É de três anos o prazo decadencial para se pleitear a anulação de negócio jurídico quando caracterizada fraude contra credores.
- D** Constitui fraude contra credores o fato de o devedor reduzir seu ativo patrimonial, seja pela alienação de bens, seja pela constituição de garantia em benefício de certo credor, seja pela solução de débito preexistente, mesmo diante de patrimônio remanescente que permita adimplir a obrigação anteriormente pactuada.
- E** Se o negócio jurídico tiver sido praticado com dolo pelo representante legal de uma das partes, a responsabilidade civil entre o representante e o representado será solidária.

Questão 48

A respeito da defesa e proteção da pessoa idosa, assinale a opção correta.

- A** O envelhecimento não é considerado um direito personalíssimo, tampouco sua proteção constitui um direito social.
- B** Os maiores de setenta anos terão preferência especial, em atendimento de saúde, sobre as demais pessoas idosas, inclusive nos casos de emergência.
- C** O serviço público de saúde notificará compulsoriamente a autoridade sanitária nos casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoa idosa, sendo essa notificação facultativa no serviço de saúde privado.
- D** O Estado não poderá criar varas especializadas e exclusivas para a pessoa idosa.
- E** Aos maiores de sessenta e cinco anos é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

Questão 49

No que concerne à prescrição, assinale a opção correta.

- A** O prazo prescricional, quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, independe da conclusão do processo penal.
- B** A repetição de indébito por cobrança indevida de valores referentes a serviços não contratados, promovida por empresa de telefonia, deve seguir a norma geral do lapso prescricional (10 anos, segundo o Código Civil).
- C** Os prazos de prescrição podem ser alterados pelas partes do negócio jurídico.
- D** O prazo de prescrição das ações indenizatórias movidas em desfavor de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos de transporte é trienal, de acordo com o Código Civil.
- E** A pretensão de cobrança de anuidades pela Ordem dos Advogados do Brasil prescreve em um ano.

Questão 50

Hilda, credora, celebrou com Romeu e Lisa, devedores solidários, negócio jurídico referente à aquisição de equipamentos de informática.

Nesse situação hipotética, de acordo com o Código Civil,

- A** Hilda não poderá exigir o cumprimento da obrigação apenas de Romeu.
- B** O pagamento parcial realizado por Romeu aproveita à Lisa.
- C** caso Romeu faleça, seus herdeiros somente serão obrigados a pagar a quota correspondente ao quinhão hereditário.
- D** Hilda não poderá renunciar a solidariedade em favor de Romeu.
- E** Eventual ajuizamento de ação de Hilda em face exclusivamente de Lisa caracterizará renúncia tácita da solidariedade desta em face de Romeu.

Questão 51

No que diz respeito a bens e direitos do autor, assinale a opção correta com base no disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e na jurisprudência dos tribunais superiores.

- A** Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando sua unidade, forem removidas para outro local.
- B** Consideram-se imóveis para efeitos legais os direitos reais sobre imóveis, as ações que os asseguram, o direito à sucessão aberta e aos materiais destinados à construção, enquanto não forem empregados.
- C** Dada a complexidade do tema, interpretam-se ampliativamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais.
- D** É possível a cobrança, perante a justiça brasileira, de dívida de jogo contraída em cassino, por brasileiro em estabelecimento estrangeiro com funcionamento de acordo com a lei estrangeira, não ofendendo a soberania nacional.
- E** Os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, bens imóveis.

Questão 52

Sobre os fatos, negócios jurídicos e a lei sobre o parcelamento do solo urbano, assinale a opção correta.

- A** De acordo com o Código Civil brasileiro, os negócios jurídicos benéficos interpretam-se amplamente.
- B** Os espaços livres de uso comum, as vias e as praças, após o registro do loteamento, são de propriedade do loteador.
- C** No negócio jurídico celebrado sob condição suspensiva, a aquisição do direito ocorrerá antes do implemento da condição.
- D** O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as normas da legislação de parcelamento do solo urbano, as legislações estaduais e municipais correlatas.
- E** O registro do loteamento somente poderá ser cancelado por decisão judicial.

Questão 53

No tocante a legitimidade ativa e restrições, é correto afirmar que o empresário irregular

- A** possui legitimidade ativa para o pedido de falência de seu devedor.
- B** não pode ter sua falência requerida.
- C** pode ter os seus livros autenticados no registro de empresa apesar da ausência de inscrição.
- D** pode requerer a própria falência (autofalência).
- E** possui legitimidade ativa para solicitar recuperação judicial.

Questão 54

Uma marca composta por ideogramas, tais como o japonês e o chinês, letras de alfabetos distintos da língua vernácula, tais como hebraico, cirílico, árabe etc., é classificada em relação à sua forma de apresentação como sendo uma marca

- A de posição.
- B nominativa.
- C figurativa.
- D mista.
- E tridimensional.

Questão 55

Acerca da concessão, vigência e nulidade das patentes, assinale a opção correta.

- A A concessão da patente somente poderá ser requerida em nome próprio.
- B É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- C O pedido de concessão de patente independe de qualquer retribuição relativa ao depósito.
- D A nulidade da patente produzirá efeitos a partir da sua declaração.
- E As patentes de invenção e a de modelo de utilidade vigorarão pelo prazo de trinta anos, a contar da data de depósito.

Questão 56

Os títulos de crédito podem ser classificados sob diversos aspectos. Nesse sentido, um título de crédito considerado nominal foi classificado relativamente à sua

- A forma de circulação.
- B estrutura.
- C tipicidade.
- D hipótese de emissão.
- E prestação.

Questão 57

Assinale a opção correta no que tange às sociedades empresárias personalizadas.

- A O quadro de sócios da sociedade em nome coletivo poderá abrigar tanto pessoas físicas quanto jurídicas.
- B O capital social da companhia será formado somente com contribuições em dinheiro.
- C Nas sociedades em comandita simples, os sócios comanditários respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- D Na sociedade limitada, todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- E Na sociedade comandita por ações, somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade, respondendo, nessa qualidade, solidária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade.

Questão 58

Para requerer recuperação judicial, o devedor

- A não poderá ter sofrido nenhum tipo de condenação ou não ter, como administrador ou sócio, pessoa(s) condenada(s) por crimes previstos na Lei de Falência.
- B deverá ter atividades regulares há mais de cinco anos.
- C não poderá ter recebido a concessão de recuperação judicial há, pelo menos, três anos.
- D não poderá ter tido concedida recuperação judicial em seu favor com base em plano especial há, pelo menos, três anos.
- E poderá ter passado por processo de falência, desde que a respectiva sentença não tenha transitado em julgado.

Questão 59

Acerca do processamento de recuperação extrajudicial, assinale a opção correta.

- A Sujeitam-se à recuperação extrajudicial os créditos de natureza tributária, derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho.
- B Os credores poderão desistir de aderir ao plano de recuperação extrajudicial após a distribuição do pedido de homologação desta, independentemente do consenso dos demais signatários.
- C O plano de recuperação extrajudicial poderá contemplar o pagamento antecipado de dívidas.
- D O devedor poderá requerer a homologação de plano extrajudicial pendente de pedido de recuperação judicial.
- E O pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial não acarretará a suspensão de direitos, ações ou execuções, nem a impossibilidade do pedido de decretação de falência pelos credores não sujeitos ao referido plano.

Questão 60

No que diz respeito ao processo de intervenção na liquidação extrajudicial de instituições financeiras, assinale a opção correta.

- A Será feita a intervenção quando a entidade sofrer prejuízo, em razão da má administração, que sujeite os seus credores a riscos.
- B O período de intervenção será de até seis meses, improrrogáveis.
- C O interventor nomeado terá plenos poderes de gestão, inclusive admissão e demissão de pessoal, independentemente de prévia autorização do Banco Central do Brasil.
- D Os administradores da instituição que solicitarem a decretação de intervenção estarão isentos de responsabilização civil e(ou) criminal por indicação falsa.
- E A decretação da intervenção não suspenderá a exigibilidade das obrigações vencidas.

Questão 61

Acerca da teoria geral dos recursos, assinale a opção correta.

- A Somente a legislação poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso cível, sendo vedado ao relator suspender a eficácia da decisão judicial.
- B É admissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta-se em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.
- C Os embargos de declaração, além de interromperem o prazo para a interposição dos demais recursos, possuem efeito suspensivo.
- D O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
- E O juízo de retratação é efeito inerente à interposição de qualquer espécie recursal e seu exercício não demanda previsão legal.

Questão 62

De acordo com a doutrina civilista a respeito da desistência ou renúncia do recurso, assinale a opção correta à luz da teoria geral dos recursos e da jurisprudência do STJ.

- Ⓐ A desistência e a renúncia do recurso são expressões usadas para identificar o mesmo instituto jurídico e, se regularmente exercidas, caracterizam fato impeditivo do direito de recorrer.
- Ⓑ O recorrente poderá, a qualquer tempo, mesmo após o julgamento, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- Ⓒ Após a afetação do recurso especial pela sistemática do recurso repetitivo, surge o interesse público pelo julgamento da demanda, circunstância que impede a desistência do recurso pela parte recorrente.
- Ⓓ Após a renúncia da faculdade de interposição do recurso, a parte poderá, desde que dentro do prazo recursal, revogar a renúncia e interpor o respectivo recurso.
- Ⓔ A desistência do recurso por um dos recorrentes em litisconsórcio unitário somente será eficaz se os demais litisconsortes anuírem a ela.

Questão 63

De acordo com a legislação e com a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta no que concerne ao mandado de segurança.

- Ⓐ É lícito ao impetrante desistir da ação, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes passivos necessários, a qualquer momento antes do término do julgamento, desde que não tenha sido prolatada sentença concessiva do *writ*.
- Ⓑ A intervenção do Ministério Público no mandado de segurança deverá ocorrer no prazo improrrogável de dez dias, sob pena de nulidade processual caso o processo prossiga sem a manifestação do *parquet*, ainda que este tenha sido devidamente intimado.
- Ⓒ O falecimento do impetrante antes da sentença acarretará a extinção do processo sem julgamento de mérito, em virtude da impossibilidade de sucessão das partes.
- Ⓓ Cabe mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.
- Ⓔ Os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista não se enquadram na definição de autoridade coatora para fins de mandado de segurança, dada a natureza jurídica de direito privado dessas entidades descentralizadas, ressalvada apenas a via do mandado de segurança para impugnar atos de gestão comercial.

Questão 64

Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores atinentes ao procedimento monitorio, assinale a opção correta.

- Ⓐ Devido ao regime constitucional dos precatórios, não é cabível ação monitoria contra a fazenda pública.
- Ⓑ É possível a conversão, de ofício ou a requerimento das partes, da execução em ação monitoria depois de ocorrida a citação.
- Ⓒ O contrato de abertura de crédito em conta-corrente acompanhado do demonstrativo de débito constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitoria.
- Ⓓ O prazo para ajuizamento de ação monitoria contra o emitente de nota promissória sem força executiva é decenal, a contar do dia seguinte ao vencimento do título.
- Ⓔ Os embargos à ação monitoria têm natureza jurídica de ação, circunstância que torna exigível o recolhimento de custas para seu oferecimento.

Questão 65

Acerca da teoria geral dos recursos e dos recursos em espécie, assinale a opção correta à luz da legislação e da jurisprudência a eles pertinentes.

- Ⓐ O recurso adesivo não poderá ser interposto pelo autor de demanda indenizatória julgada procedente, quando tiver sido arbitrado valor inferior ao que era almejado a título de danos morais, diante da ausência de sucumbência recíproca.
- Ⓑ No caso de a Vice-Presidência do Tribunal recorrido, no âmbito do juízo de admissibilidade do recurso extraordinário interposto, negar seguimento ao recurso com base em entendimento firmado sob a sistemática da repercussão geral, será cabível agravo em recurso extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal.
- Ⓒ A legislação processual civil prevê expressamente o cabimento de recurso adesivo nos recursos de apelação, agravo de instrumento, recurso extraordinário, recurso especial e nos embargos de declaração.
- Ⓓ A legitimidade para interpor recurso é reservada às partes do processo, motivo por que não é permitido ao *amicus curiae* interpor recurso da decisão que julgar o incidente de resolução de demanda repetitiva.
- Ⓔ Haverá repercussão geral, requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, sempre que o recurso impugnar acórdão que contrariar súmula ou jurisprudência dominante do STF.

Questão 66

Embora prescreva que os atos processuais devam ser públicos, o ordenamento jurídico admite a tramitação em segredo de justiça em determinadas circunstâncias. Nesse contexto, as hipóteses autorizativas da tramitação em segredo de justiça incluem os processos

- Ⓐ em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.
- Ⓑ em que o exija o interesse privado de uma das partes, prescindível a comprovação.
- Ⓒ que versem sobre alteração de nome de criança ou adolescente.
- Ⓓ que versem sobre vencimento, remuneração ou subsídio de agentes públicos.
- Ⓔ que versem sobre arbitragem, exceto os que tratem do cumprimento de carta arbitral, porquanto constitui cláusula de ordem pública.

Questão 67

A luz da legislação e da jurisprudência dos tribunais superiores pertinentes à comunicação dos atos processuais, assinale a opção correta acerca da citação.

- Ⓐ Conforme a teoria da aparência, é válida a citação quando, encaminhada ao endereço da pessoa jurídica, é recebida por quem se declara representante legal da empresa, mesmo que haja ressalvas quanto à inexistência de poderes de representação em juízo.
- Ⓑ Na ação de cobrança, é necessária a citação da sociedade empresária mesmo que todos os componentes do quadro societário integrem a lide.
- Ⓒ Não se aplica a teoria da aparência quando a citação for recebida por funcionário da portaria do edifício que seja pessoa estranha aos quadros da pessoa jurídica citada.
- Ⓓ O comparecimento da fazenda pública, antes da sua regular citação, para informar o envio de ofício para o órgão com competência para dar cumprimento à decisão interlocutória anteriormente deferida configura comparecimento espontâneo apto a suprir eventual falta de citação.
- Ⓔ Será válida, por atender a regularidade do ato formal, a citação de pessoa jurídica em seu antigo endereço, cuja mudança tenha sido comunicada à junta comercial, mas não tenha sido alterada no endereço do sítio eletrônico da empresa.

Questão 68

No que se refere aos juizados especiais da fazenda pública, assinale a opção correta.

- A** No foro onde estiver instalado o juizado especial da fazenda pública, a sua competência será relativa, motivo por que caberá ao jurisdicionado escolher o procedimento.
- B** Tramitarão no juizado especial da fazenda pública as causas cujo objeto seja a impugnação da pena de demissão imposta a servidores civis nos casos de abandono e inassiduidade habitual, dada a simplicidade probatória.
- C** Os estados, o Distrito Federal e os municípios, as autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas, bem como as sociedades de economia mista, podem ser réus no juizado especial da fazenda pública.
- D** As demandas sobre direitos difusos e coletivos podem tramitar no juizado especial da fazenda pública.
- E** Podem ser partes no juizado especial da fazenda pública, como autores, pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte.

Questão 69

No âmbito do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, as atribuições do PROCON

- A** não abrangem a interpretação de cláusulas contratuais para verificar situações de abusividade, pois esta é de competência exclusiva do Poder Judiciário.
- B** abrangem a aplicação de multa administrativa prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC), cabendo-lhe definir seu valor, pois o CDC não estabelece patamar máximo para seu arbitramento.
- C** não abrangem a aplicação de multas aos fornecedores de produtos ou serviços, haja vista ele não possuir poder de polícia.
- D** abrangem a interpretação de cláusulas contratuais para verificar situações de abusividade, pois ele exerce atividade jurisdicional.
- E** abrangem a aplicação de multas aos fornecedores de produtos ou serviços, mas essa sanção administrativa pode vir a ser contestada no Poder Judiciário.

Questão 70

A luz do CDC e da jurisprudência do STJ no que diz respeito a cláusulas abusivas referentes ao fornecimento de produtos e serviços, assinale a opção correta.

- A** A configuração da abusividade resulta na decretação de anulabilidade do negócio jurídico.
- B** O rol previsto no CDC é taxativo quanto às hipóteses configuradoras de abusividade.
- C** O rol previsto no CDC é meramente exemplificativo quanto às hipóteses configuradoras de abusividade.
- D** A configuração da abusividade resulta na declaração de ineficácia do negócio jurídico.
- E** A configuração da abusividade resulta na declaração de inexistência do negócio jurídico.

Questão 71

De acordo com o entendimento do STJ no que diz respeito à legitimidade da Defensoria Pública para a propositura de ações coletivas, é correto afirmar que essa legitimidade

- A** abrange os necessitados jurídicos, ainda que estes não sejam economicamente hipossuficientes.
- B** está condicionada à proteção de direitos individuais homogêneos e coletivos, não abrangendo os direitos difusos.
- C** está restrita aos necessitados economicamente hipossuficientes.
- D** inexistente, por total ausência de previsão legal para tal fim.
- E** inexistente, pois, entre os órgãos públicos com estatura constitucional para tanto, o único que possui essa prerrogativa é o Ministério Público.

Questão 72

Determinado cliente firmou contrato de aluguel de cofre com uma instituição bancária. No instrumento contratual, constou cláusula em que o banco contratado, restringindo sua responsabilidade quanto a eventuais danos causados ao consumidor, impôs limite aos valores e objetos que poderiam ser armazenados no cofre locado.

Nessa situação hipotética, conforme o CDC e a jurisprudência pertinente do STJ, a cláusula contratual que impôs limite aos valores e objetos que poderiam ser armazenados no cofre locado

- A** é abusiva, cabendo ao banco indenizar integralmente pelo dano que for causado ao cliente, desde que tal dano não decorra de extravio dos bens ou objetos armazenados.
- B** não é considerada abusiva.
- C** é abusiva, cabendo ao banco indenizar integralmente pelo dano que for causado ao cliente, desde que tal dano decorra de roubo, furto ou extravio dos bens ou objetos armazenados.
- D** e o contrato de que ela faz parte são natureza civil e não consumerista, razão por que a eles não se aplicam as disposições do CDC.
- E** não é abusiva, não cabendo ao banco indenizar integralmente pelo dano que for causado ao cliente, desde que tal dano não decorra de roubo ou furto.

Questão 73

Conforme o entendimento do STJ acerca da legitimidade do Ministério Público para a defesa dos direitos dos consumidores, é correto afirmar que este tem legitimidade para defender

- A** os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, desde que tais direitos não decorram da prestação de serviço público.
- B** apenas os direitos difusos e coletivos, desde que tais direitos não decorram da prestação de serviço público.
- C** apenas os direitos difusos e coletivos, ainda esses direitos decorram da prestação de serviço público.
- D** apenas os direitos individuais homogêneos e coletivos, desde que tais direitos não decorram da prestação de serviço público.
- E** os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que esses direitos decorram da prestação de serviço público.

Questão 74

De acordo com o atual entendimento do STJ, o consumidor terá direito a repetição do indébito, no valor correspondente ao dobro do que indevidamente houver pago, quando ficar comprovada a

- A** má-fé do fornecedor, por ser necessária a presença do seu elemento volitivo.
- B** má-fé do consumidor, por ser necessária a presença do seu elemento volitivo.
- C** culpa do consumidor, por ser necessária a presença dessa modalidade de elemento volitivo.
- D** caracterização de conduta contrária à boa-fé objetiva, independentemente da natureza do elemento volitivo.
- E** caracterização de conduta contrária à boa-fé subjetiva, independentemente da natureza do elemento volitivo.

Questão 75

Conforme o CDC e o entendimento do STJ, o prazo para reclamar por vício oculto de qualidade de produto não durável é de

- A** trinta dias, iniciando-se a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, e tem natureza prescricional.
- B** noventa dias, iniciando-se no momento em que o defeito ficar evidenciado, e tem natureza decadencial.
- C** trinta dias, iniciando-se a partir do momento em que o defeito ficar evidenciado, e tem natureza decadencial.
- D** noventa dias, iniciando-se com a entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços, e tem natureza prescricional.
- E** trinta dias, iniciando-se no momento em que o defeito ficar evidenciado, e tem natureza prescricional.

Questão 76

Conforme o entendimento do STJ, a desconsideração da personalidade jurídica regida pelo CDC adota a

- A** teoria maior, sendo suficiente a existência de indícios de encerramento irregular da sociedade.
- B** teoria maior, sendo imprescindível a efetiva comprovação do abuso da personalidade jurídica, ainda que haja indícios de encerramento irregular da sociedade.
- C** teoria menor, sendo suficiente a demonstração de que a personalidade jurídica representa obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- D** teoria menor, sendo imprescindível a efetiva comprovação do abuso da personalidade jurídica, ainda que inexistam bens capazes de satisfazer o crédito exequendo.
- E** teoria maior, sendo suficiente a demonstração de que a personalidade jurídica representa obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

Questão 77

Em matéria ambiental, constitui competência

- I privativa da União legislar sobre águas e recursos minerais.
- II do município legislar sobre assunto de interesse ambiental local e suplementar a legislação ambiental federal ou estadual.
- III comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios preservar florestas, fauna e flora, além de proteger o meio ambiente e de combater todas as formas de poluição.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 78

De acordo com a Lei n.º 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, os objetivos dessa política incluem a

- A** instituição da taxa de controle e fiscalização ambiental, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia ambiental pelos órgãos ambientais.
- B** aplicação de penalidades pelo cometimento de infração ambiental.
- C** promoção de disciplinas de educação ambiental em todos os níveis do ensino.
- D** imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e(ou) indenizar os danos ambientais causados, e, ao usuário, de contribuição pela utilização de recursos ambientais com finalidade econômica.
- E** determinação de perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo poder público, no caso do cometimento de infração ambiental.

Questão 79

O Sistema Nacional do Meio Ambiente

- I tem competência federal e é composto pelos seguintes órgãos: Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- II é composto por órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, além de fundações instituídas pelo poder público responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.
- III é o órgão nacional competente para editar normas e padrões que assegurem o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida em âmbito nacional.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas o item III está certo.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 80

O estudo de impacto ambiental

- A** é exigido para fins de reparação de danos ambientais causados no caso do cometimento de infração ambiental.
- B** é exigido previamente à emissão da licença ambiental de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental.
- C** é exigido previamente à emissão da licença das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental e à autorização de supressão de vegetação nativa.
- D** é realizado por servidores públicos do órgão competente para a emissão da licença ambiental.
- E** é o ato técnico-administrativo que elenca, no âmbito do licenciamento ambiental, as condições, restrições e medidas de controle ambiental a serem observadas pelo empreendedor.

Questão 81

De acordo com disposição do Código Florestal brasileiro (Lei n.º 12.651/2012), os espaços públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no plano diretor, nas leis de zoneamento urbano e uso do solo do município, indisponíveis para moradia e destinados a fins de recreação, lazer, melhoria ambiental, proteção de recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais, são definidos como área

- A** verde urbana.
- B** de reserva legal.
- C** de proteção ambiental.
- D** de preservação permanente.
- E** de uso sustentável.

Questão 82

Acerca da proteção florestal e das áreas de preservação permanente, assinale a opção correta.

- Ⓐ A delimitação das áreas de preservação permanente depende de estudos ambientais que subsidiem a respectiva proposta de criação, a ser formalizada por ato legal instituído pelo poder público federal, estadual, distrital ou municipal.
- Ⓑ A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, é competência do órgão ambiental municipal, quando existente.
- Ⓒ Desde que haja aprovação por lei municipal, em hipóteses de declaração de utilidade pública ou de interesse social pelo Poder Executivo municipal, é possível reduzir em até 50% a reserva legal do imóvel urbano ou do imóvel rural.
- Ⓓ É de competência exclusiva do município a criação de políticas de preservação e restauração de vegetação nativa em áreas urbanas.
- Ⓔ Em áreas de preservação permanente localizadas em áreas urbanas, é dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e de obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes.

Questão 83

Conforme as disposições do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), julgue os itens a seguir, relativos ao plano diretor.

- I Constitui instrumento de planejamento municipal.
- II Deve englobar integralmente o território do município.
- III As diretrizes e prioridades nele contidas devem ser incorporadas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual municipais.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 84

Conforme dispõe o Estatuto da Cidade, o instrumento da política urbana que confere ao poder público municipal a preferência para a aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, observados os requisitos e finalidades legais, é denominado

- Ⓐ desapropriação.
- Ⓑ preempção.
- Ⓒ tombamento.
- Ⓓ transferência do direito de construir.
- Ⓔ parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.

Questão 85

Tendo em vista que, segundo as disposições da Constituição Federal de 1988, apenas os servidores públicos possuem a prerrogativa da estabilidade definitiva, e que, em relação aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que se prevê são garantias de emprego, também denominadas estabilidades provisórias, assinale a opção correta acerca desse tema.

- Ⓐ O afastamento superior a quinze dias e a percepção do auxílio-doença acidentário são pressupostos primários para a concessão da estabilidade provisória decorrente de acidente de trabalho.
- Ⓑ O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, lhe assegura a estabilidade provisória.
- Ⓒ O empregado que tomar posse como dirigente sindical e não comunicar seu empregador sobre tal evento dentro de 24 h perderá o direito a estabilidade provisória.
- Ⓓ A estabilidade provisória da gestante se inicia no ato de comunicação do seu estado gravídico ao empregador e se estende até o quinto mês posterior ao parto.
- Ⓔ A falta grave atribuída ao empregado que ocupe cargo de dirigente sindical deverá ser comprovada em inquérito judicial de apuração no prazo de sessenta dias a contar da suspensão do obreiro.

Questão 86

Considerando o disposto pelo instituto da equiparação salarial, de que empregados que desempenhem simultaneamente a mesma função para um mesmo empregador e na mesma localidade devam receber salários equivalentes, e que há outros requisitos referentes a esse instituto que também devem ser observados, assinale a opção correta.

- Ⓐ As normas de equiparação salarial fixadas pela CLT prevalecem ainda que o empregador organize seu pessoal em quadro de carreira, por meio de norma interna da empresa, de negociação coletiva ou plano de cargos e salários homologados pelo Ministério do Trabalho.
- Ⓑ Para fins de equiparação salarial, trabalho de igual valor é o feito com igual produtividade e perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador, bem como a diferença de tempo na função, não seja superior a dois anos.
- Ⓒ O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da previdência social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.
- Ⓓ Na ação de equiparação salarial, a prescrição será parcial e alcançará apenas as diferenças salariais vencidas nos últimos dois anos que precederem o ajuizamento da reclamatória trabalhista.
- Ⓔ A justiça do trabalho não tem competência para fixar multa contra o empregador caso o pedido de equiparação salarial resulte de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia.

Questão 87

A luz da CLT e do entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) a respeito do período de férias, assinale a opção correta.

- Ⓐ O trabalhador contratado sob regime de tempo parcial obedecerá a regime específico de férias, sendo sua proporção reduzida em decorrência da parcialidade da jornada laboral.
- Ⓑ É lícito que norma coletiva promova a supressão ou redução do período de férias, desde que haja anuência dos trabalhadores afetados por tal norma.
- Ⓒ Caso a extinção do contrato de trabalho ocorra por culpa recíproca, o empregado terá direito a apenas 50% do valor correspondente a férias proporcionais.
- Ⓓ O tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado para serviço militar obrigatório será computado no período aquisitivo, desde que ele compareça ao estabelecimento de trabalho dentro de, no máximo, trinta dias da data em que se verificar a respectiva baixa.
- Ⓔ Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, tiver entre vinte e quatro e trinta e duas faltas injustificadas.

Questão 88

A interrupção do contrato de trabalho se dá com a cessação temporária da prestação de serviços pelo empregado, mantendo-se as obrigações patronais. Em contrapartida, a suspensão contratual é a cessação temporária dos principais efeitos do contrato firmado.

Acerca desses institutos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Como regra geral, as faltas injustificadas do empregado geram interrupção no contrato de trabalho.
- Ⓑ A suspensão disciplinar pelo prazo de trinta dias gera a interrupção do contrato de trabalho.
- Ⓒ A falta ao trabalho por até dois dias consecutivos em razão de falecimento do cônjuge gera a suspensão do contrato de trabalho.
- Ⓓ A prisão provisória constitui hipótese de interrupção contratual, razão por que não autoriza o rompimento do contrato por justa causa.
- Ⓔ Gera interrupção do contrato de trabalho a falta ocasionada por doação de sangue de forma voluntária uma vez em cada doze meses de trabalho.

Questão 89

Assinale a opção correta relativamente à jornada de trabalho que excede o limite legal, em situações de necessidade imperiosa.

- Ⓐ Nos casos de excesso de horário por motivo de força maior, a remuneração da hora excedente terá de ser, no mínimo, superior a 50% do valor da hora normal trabalhada.
- Ⓑ A realização de horas extras a título de atividade imperiosa exige prévia autorização prevista em acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- Ⓒ Em todos os casos, as horas excedentes à jornada máxima normal deverão ser remuneradas com, pelo menos, 50% de adicional sobre o valor da hora normal laborada.
- Ⓓ Nos casos de excesso de horário para atender conclusão de serviços cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, a remuneração da hora excedente será, pelo menos, 25% superior ao valor da hora normal trabalhada.
- Ⓔ Nos casos de excesso de horário para se concluir serviços cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, a jornada de trabalho não poderá exceder a dez horas, desde que a lei não fixe expressamente outro limite.

Questão 90

Relação de trabalho é toda relação jurídica caracterizada por ter sua prestação essencial centrada em uma obrigação de fazer consubstanciada em labor humano.

Maurício Godinho Delgado. *Curso de direito do trabalho*. 9.ª ed. São Paulo: LTr, 2010. p. 265 (com adaptações).

Tendo a conceituação apresentada no fragmento de texto apresentado como referência inicial, assinale a opção correta a respeito das relações de trabalho *lato sensu*.

- Ⓐ Constitui exemplo de trabalho temporário a contratação dos serviços de um marceneiro para fazer um armário em uma residência.
- Ⓑ A intermediação de um órgão geral de mão de obra ou de um sindicato é exigida do trabalhador eventual.
- Ⓒ São garantidos aos trabalhadores avulsos todos os direitos trabalhistas constantes na CF.
- Ⓓ Assim como o contrato de emprego por tempo indeterminado, o contrato de trabalho temporário poderá ser firmado de forma escrita ou verbal.
- Ⓔ A empreitada é um tipo de trabalho avulso que demanda a presença da figura de uma pessoa física que exercerá, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana.

Questão 91

Os elementos constitutivos da relação de emprego no ordenamento jurídico brasileiro incluem

- Ⓐ pessoalidade, onerosidade, subordinação e não eventualidade.
- Ⓑ caráter *intuitu personae*, onerosidade, parassubordinação e habitualidade.
- Ⓒ pessoa física ou jurídica, onerosidade, parassubordinação e eventualidade.
- Ⓓ pessoa física, onerosidade, autonomia e habitualidade.
- Ⓔ pessoalidade e onerosidade, apenas.

Questão 92

Em síntese, salário é o valor que um empregado recebe pela prestação de serviços oriundos de um contrato de trabalho. Em contrapartida, a remuneração é a soma do salário com benefícios e vantagens contratuais, tais como horas extras, adicionais de insalubridade ou periculosidade, comissões, vale-transporte, entre outros.

Tendo o fragmento de texto anterior como referência inicial, assinale a opção correta acerca de salário e remuneração.

- Ⓐ O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, não tem caráter salarial, não integrando, portanto, a remuneração do empregado.
- Ⓑ As diárias de viagem que excedam a 50% do salário do empregado integram esse salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, enquanto perdurarem as viagens.
- Ⓒ As gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes não integram a remuneração do empregado.
- Ⓓ O adicional de insalubridade, independentemente da proporção paga, não integra a remuneração do empregado.
- Ⓔ O veículo fornecido pelo empregador ao empregado, quando indispensável para a realização do trabalho, tem natureza salarial.

Questão 93

Conforme o Estatuto do Servidor Público Municipal (ESPM) – Lei Complementar n.º 239/1998 – os cargos de provimento em comissão são

- A de livre nomeação e exoneração e serão exercidos exclusivamente por funcionários detentores de cargos efetivos.
- B organizados em carreiras e serão exercidos exclusivamente por funcionários detentores de cargos efetivos.
- C de livre nomeação e exoneração e serão exercidos preferencialmente por funcionários detentores de cargos efetivos.
- D organizados segundo a escolaridade e a qualificação profissional e serão exercidos exclusivamente por funcionários detentores de cargos efetivos.
- E organizados em carreiras e serão exercidos preferencialmente por funcionários detentores de cargos efetivos.

Questão 94

No âmbito do magistério municipal, conforme o ESPM, quem ministra o ensino e a educação ao aluno em quaisquer atividades e áreas de estudos constantes do currículo escolar é o

- A docente.
- B diretor de unidade escolar.
- C discente.
- D supervisor educacional.
- E orientador educacional.

Questão 95

De acordo com o ESPM, a investidura do funcionário em disponibilidade remunerada, quando da vacância de cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado, é denominada

- A promoção.
- B aproveitamento.
- C readaptação.
- D recondução.
- E reintegração.

Questão 96

Conforme disposição do ESPM, a remuneração destinada à compensação das despesas de instalação do funcionário que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, é denominada

- A ajuda de custo.
- B abono familiar.
- C diária.
- D gratificação.
- E adicional.

Questão 97

São beneficiários do Programa de Previdência do Município de Maringá

- A os servidores ativos que se encontrem em disponibilidade.
- B os detentores de emprego público.
- C os agentes públicos temporários.
- D os detentores de cargos eletivos não titulares de cargos efetivos.
- E os servidores inativos, ainda que não recebam proventos municipais.

Questão 98

A perda da qualidade de dependente do segurado do Programa de Previdência do Município de Maringá ocorrerá, com relação

- A ao cônjuge, somente pela separação judicial ou pelo divórcio.
- B ao convivente, devido a separação fática.
- C ao filho, pela emancipação.
- D ao filho, quando este completar vinte e um anos de idade.
- E ao cônjuge, apenas pela anulação do casamento.

Questão 99

O Conselho de Administração da Maringá Previdência será composto por

- A oito membros, e seu presidente terá voto de qualidade e será indicado pelo prefeito, obrigatoriamente entre os membros indicados.
- B quatro membros, e seu presidente terá voto de qualidade e será indicado pelo prefeito, obrigatoriamente entre os membros indicados.
- C oito membros, e seu presidente, que não terá voto de qualidade, será indicado pelo prefeito, preferencialmente entre os membros indicados.
- D quatro membros, e seu presidente, que não terá voto de qualidade, será indicado pelo prefeito, preferencialmente entre os membros indicados.
- E oito membros, e seu presidente terá voto de qualidade e será indicado pelo prefeito, preferencialmente entre os membros indicados.

Questão 100

Compete ao Comitê de Investimentos da Maringá Previdência

- A emitir parecer prévio sobre os balancetes bimestrais, antes do encaminhamento destes ao Conselho de Administração.
- B aprovar o regulamento de benefícios.
- C julgar os recursos interpostos pelos segurados contra decisões do presidente.
- D analisar os resultados das aplicações financeiras em relação às metas e aos demais critérios contidos na política de investimentos.
- E aprovar, para fins de encaminhamento e deliberação do Conselho de Administração, as proposições de aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como a aceitação de doações com encargo.

Espaço livre